

Resenha de livro

LUNDAHL, M.; RAUHUT, D.; HATTI, N. (org.). *Poverty in the History of Economic Thought: From Mercantilism to Neoclassical Economics*. Londres: Routledge, 2020. 196 p. E-book.

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/2764-1392.5653>

Gustavo Romero¹

Resenha recebida em 30/03/2024. Aceita em 25/05/2024.

O combate à pobreza integra de forma recorrente discussões sobre políticas públicas. As dimensões desse debate são diversas: desde o compromisso constitucional, passa pela privação de meios de sobrevivência e alcança a discussão sobre a capacidade de agência individual. O fato é que não há, nas palavras de Martini (2011, p. 99), “um consenso sobre qual é o melhor critério para se mensurar a pobreza”.

Afinal, nem tudo é resumido a renda e consumo. Há também considerações sobre os critérios de bem-estar humano. Em outras palavras, trata-se de pensar se o objeto econômico é o objetivo em si ou se compete aos economistas, deliberar sobre o papel instrumental exercido pelo pensar econômico na longa trajetória de desenvolvimento humano em sociedade.

A problematização proposta nesta resenha associa-se, por exemplo, a um lema do governo brasileiro de 2011 — “País rico é país sem pobreza”. Aqui seria necessária uma sensibilização conceitual. Quando se aproximam os conceitos de ciência econômica ao de pobreza, imediatamente se ressalta uma relação opositiva, apesar de uma “boa” política econômica se associar facilmente com as ideias de riqueza, pujança e crescimento.

Com isso assumiu-se, tacitamente, que o conceito de pobreza não constituiu a base epistemológica da ciência econômica e, por tal motivo, essa relação não era orgânica: existia, de um lado, a ciência da riqueza; e, de outro, um problema de origem social, a pobreza. A relação entre ambas era estabelecida com mero propósito circunstancial, e cabia, pois, à economia uma participação apenas funcional, à maneira de uma medicação destinada a certa patologia.

A respeito dessa associação foi publicado o livro intitulado *Poverty in the History of Economic Thought: from mercantilism to Neoclassical Economics*. Em trabalho coletivo, um grupo de

¹Mestre e doutorando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor e coordenador dos cursos de Ciências Econômicas e Comércio Exterior do Centro Universitário Faveni – Unifaveni. E-mail: gustavoromero14@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5570-2670>.

economistas suecos se esforçou por coletar evidências teóricas da presença do tema “pobreza” em autores que compunham o cânone da História do Pensamento Econômico.

Por meio de exegese cuidadosa, esses autores colocaram em relevo a presença da pobreza na deliberação pública e econômica do século XVII até o início do século XX, com isso demonstrou-se que não apenas era pertinente sua discussão enquanto objeto de política pública, mas também como isso obrigava a repensar a própria constituição epistemológica da Economia e, por consequência, seu papel funcional na construção de alternativas de sociabilidade.

Os capítulos desse livro seguiram uma ordem cronológica, e classificaram os autores em análise em três grandes grupos: mercantilistas, clássicos e neoclássicos, com especial ênfase nos dois últimos grupos.

Cada capítulo explorou como o tema da pobreza se incrustou nas discussões teóricas de cada grupo segundo cinco orientações conceituais:

(a) Definições de pobreza: se absoluta (nível mínimo de renda para a sobrevivência), relativa (em comparação com padrões de vida socialmente estabelecidos) ou cumulativa (fruto da interação sistêmica entre privações diversas, tais como renda, moradia, educação e saúde).

(b) Causas da pobreza: por fatores individuais (talento, educação), por fatores estruturais (desigualdade de renda, pertencimento social desigual, oportunidades discriminadas) e por crescimento populacional (pressão sobre os meios de subsistência).

(c) Soluções para pobreza: crescimento econômico (se mais riqueza gerava mais oportunidades), intervenção governamental (impactos de sua atuação em rede) e responsabilidade individual (relação entre escolhas e situação econômica).

(d) Aspectos morais da pobreza: a quem cabia a responsabilidade pela pobreza, indivíduo (imprudência e inobservância moral) ou coletividade (carência de suporte institucional e político).

(e) Contexto histórico: relações entre trabalho e riqueza (visão mercantilista), entre crescimento, responsabilidade individual e coletiva (período clássico) ou entre implicações econômicas do crescimento populacional e da atuação estatal na promoção de bem-estar — *welfare* (mote neoclássico). A seguir, apresenta-se um balanço individualizado de cada capítulo.

O primeiro capítulo, escrito por Lars Magnusson, dissertou sobre a tumultuada relação entre mercantilismo e pobreza, e seu principal desafio foi desfazer a associação entre a “riqueza da nação” mercantilista e a pobreza do trabalhador, ou desconstruir a oposição entre crescimento econômico e salários.

Havia uma (in)definição de pobreza, que assumia uma conotação dupla: seja em sentido de ausência de meios materiais suficientes à sobrevivência, seja como resultado inescapável da ociosidade (*idleness*).

Os mercantilistas associavam abertamente o ócio à falta de vontade, contudo o ócio também indicava falta de uso de capacidade disponível, ou melhor, de falta de empregabilidade, como sugeriu Child ([1693] 1995).

Ao confrontar uma associação frequente e equivocada entre mercantilismo e ausência de política econômica ativa, Magnusson propõe que sim, os mercantilistas advogavam medidas públicas (mesmo que indiretas) de combate à pobreza. Dentre essas disposições, os pontos defendidos por Fortrey ([1673] 1995) e Postlethwayt ([1757] 1968): das colônias de *plantation*, da melhoria tecnológica agrícola e, principalmente, das medidas concentradas em torno do provimento de oportunidades de trabalho, mesmo que à maneira compulsória das *workhouses*, como sugeriu Cary ([1719] 2008). Este foi, afinal, o tema que aglutinou esse heterogêneo grupo de pensadores: a contraposição entre pobreza e trabalho.

Davenant (1995) propôs a constituição de uma empresa de fornecimento de trabalho em que os beneficiários recebessem em contrapartida cotas de ações, e reforçassem, assim, o compromisso com a responsabilidade nas *workhouses*.

A literatura apontou, inclusive, benefícios no livre trânsito de mão de obra, o que permitiria, como mencionou Fortrey ([1673] 1995), o influxo de “pessoas industriosas”, e mesmo apoiaria a divisão e especialização do trabalho, argumento defendido por Martyn (1701). Enfim, sejam quais fossem os condicionantes técnicos da riqueza, o reconhecimento tácito era de que o exercício do trabalho colocava a pessoa de uma forma pauperizada, numa posição de merecer qualquer tipo de assistência, ou melhor, numa posição de contribuir com esforço coletivo de produção da riqueza.

Essa conclusão do capítulo um alimentou o debate difícil travado no segundo, e mais importante, capítulo do livro, proposto por Daniel Rauhut e intitulado sugestivamente como “Adam Smith, campeão dos pobres!”. Tratou-se de situar a discussão sobre pobreza na obra do escocês Adam Smith, que, conforme se verá mais adiante, era um opositor ao mercantilismo, não apenas por motivos técnico-econômicos, mas também em relação às formas de reconhecimento social.

No que se refere às concepções econômicas smithianas, o capítulo ressaltou algumas das seguintes questões sobressalentes: intervenção governamental limitada, suporte ao livre comércio e livre constituição dos mercados, todos elementos cruciais no conhecido sistema de acumulação de capital proposto por Smith (2022).

Intervenções diretas sobre o espaço de decisão individual foram, por óbvio, rechaçadas. Intervenções governamentais assentadas exclusivamente em trânsito político foram também duramente criticadas por distorcerem a livre comunicação propiciada pelo mercado, o que resultou em monopólios sociais e, por consequência, em fontes de geração de “improdutividade”.

Rauhut criticou, inclusive, o simplismo de Smith em associar pobreza à intervenção governamental desmesurada, mas ressaltou que isso não colocou o autor numa oposição rasa e equivocada ao Estado. Mesmo ao contar com pouco espaço, Rauhut conseguiu demonstrar, de maneira frutífera, a argumentação do escocês em favor da obrigação moral do governo em questões como educação (permanente) e assistência social (transitória).

O sustentáculo do argumento, novamente, foi a reinserção do indivíduo por meio do fornecimento de condições de trabalho, afinal, um “homem deve sempre viver de seu trabalho” (Smith, 2022, livro I, cap. VIII). Contudo, o caminho que ligava o trabalho à pobreza não era direto como entre os mercantilistas. O trabalho era categoria caríssima para Smith pelo seu papel na geração de valor, porém essa relação não seguia a diretiva mercantilista de ociosidade e pobreza.

Segundo a teoria moral proposta pelo autor (Smith, 1999), o pertencimento era sentimento relativo ao convívio entre os pares, conjuntura que se estendia às condições de riqueza e pobreza. A pessoa rica era bem vista pelo reconhecimento tácito de sua frugalidade; a pobreza era mal vista porque se reconhecia ali o advento da desistência (Smith, 1999, cap. III), que representava o extremo oposto da ambição humana — o desejo de melhorar sua própria condição (Smith, 1999, cap. II).

A perda de potencial fonte de geração de valor (pelo trabalho) era secundária à “morte” social, pois no fim a ociosidade implicava a abdicação do próprio ser humano. Se esse dimensionamento social da pobreza não impedia Smith de reconhecer a ocorrência da pobreza absoluta, tampouco excluía uma apreciação da pobreza relativa, que permanecia, de certa forma, atual (Sen, 1983).

Portanto, a concepção cumulativa de pobreza de Smith suscitou uma obrigação dupla, do Estado e da sociedade, em prover mecanismos de efetiva participação social e afastamento da percepção de inferioridade (Smith, 1999, cap. I). Esse, inclusive, era o núcleo duro do argumento de Rauhut para alicerçar uma (pré)proposta de liberdade substantiva, próxima a de Sen (2000).

Por ora, passa-se à apreciação do capítulo três, escrito por Martin Dribe, o qual se propôs a discutir a pobreza segundo a ótica do autor inglês Thomas Malthus. De todos os capítulos/ensaios do livro, esse foi o mais curto.

De forma geral, Dribe resumiu muitos dos conceitos vagos e genéricos malthusianos e concentrou sua atenção na primeira edição dos *Ensaio sobre a população*, de 1798 (Malthus, 1966),

uma vez que citou apenas de forma superficial as revisões introduzidas nas edições subsequentes (Malthus, 1989). Nesse capítulo foram destacados o conflito entre crescimento populacional e o fornecimento de alimentos (Malthus, 1966, cap. II), a oposição de Malthus às *Poor Laws* (Malthus, 1966, cap. V) e a proposta de controle de natalidade pelo postergamento do casamento (Malthus, 1989, cap. II).

Conforme o capítulo três, melhorias econômicas apenas conduziram, na perspectiva malthusiana, à multiplicação de pessoas, e não à melhoria dos padrões de vida. Ao insistir no apego de Malthus à pobreza absoluta, Dribe menosprezou o peso de uma percepção que ele mesmo sugeriu no final do capítulo: a pertinência renovada do argumento malthusiano nos debates sobre sustentabilidade.

Tal oportunidade ficou meio perdida, afinal essa seria uma rota indicativa das incursões do autor inglês a respeito da conexão entre moral, prudência e desenvolvimento intelectual (Malthus, 1966, cap. XVIII; Romero, 2019). Esse fato evidenciou um dimensionamento relativo, ainda que incipiente, da pobreza. Ainda que implícito, esse debate permitiria um confronto mais claro entre as posições de vício, virtude e crescimento econômico de Malthus e Smith.

O quarto capítulo seguiu a cronologia dos fatos e com ele Christian Gehrke apresentou as posições de Ricardo sobre a pobreza. O capítulo foi estruturado de maneira a enquadrar as considerações teóricas ricardianas sobre a pobreza em sua atuação prática, em âmbito público e privado — uma alternativa pouco explorada na história do pensamento econômico. A curta extensão do artigo prejudicou um pouco a passagem entre essas dimensões teóricas e práticas, mas de maneira geral ventilou novas possibilidades de estudo do autor.

De início, Gehrke ressaltou três posições teóricas do autor. A primeira fez menção aos determinantes salariais de longo prazo (*Works*, I, cap. V), que sempre tenderiam ao nível natural de subsistência (a “lei férrea dos salários”). A segunda posição fez referência à oposição de Ricardo às *Poor Laws* (*Works*, I, cap. V), que seriam incentivos “perniciosos” ao crescimento populacional e à redução no esforço laboral, uma vez que a abolição gradual, em sua opinião, enfatizaria a responsabilidade individual. A terceira disposição referiu-se às políticas ditas sociais, a cujo caráter intervencionista Ricardo se opunha, em geral, por introduzir distorções no sistema de ajustes de mercado.

Ricardo (*Works*, V, discurso de 08 de maio 1821) defendia a indução pública, por meio de medidas que incentivassem a acumulação de capital e, por consequência, estimulassem o crescimento econômico, mas cuja regulação caberia ao preço do trabalho ajustado a sua demanda. Esse

crescimento seria a única solução efetiva para que o nível natural de salários aumentasse e, com isso, o nível de vida da população. Essas três premissas foram o fundamento de algumas medidas privadas que Ricardo (2005) adotou com relação à riqueza.

Dois casos, em especial, foram ricamente documentados por Gehrke: o envolvimento de Ricardo (*Works*, VII) com a criação de caixas econômicas (*saving banks*) e de escolas populares (*Works*, X). Nos dois casos, destacou-se o alinhamento teórico e prático, afinal essas iniciativas se voltavam ao improvimento do caráter moral e, de forma correlata, aos prospectos econômicos da classe trabalhadora. De maneira geral, Ricardo (2005) concordava com a opinião de que a atuação de uma autoridade econômica centralizada poderia vir a ocupar um espaço fundamental de cultivo de responsabilidade e esclarecimento individual, e a pobreza seria assim um problema de natureza absoluta.

Ao chegar ao quinto capítulo, Rauhut discutiu a visão de John Stuart Mill a respeito da pobreza. Mill representaria uma inflexão no pensamento econômico dito clássico. Apesar de advogado dos princípios ricardianos, Mill acreditava que outros elementos, de ordem social e política, deveriam ser integrados às metas da Economia Política, cujo papel não poderia se resumir a “fazer nada a não ser objetar a tudo e demonstrar que nada se pode fazer” (Mill, 1986, II, cap. XIII). Graças à sua longa atuação teórica, sua visão sofreu mutações ao longo do tempo para admitir que o papel da responsabilidade individual, ainda que crucial, não excluía a atuação governamental (Mill, 1977).

Não por acaso, Mill não ofereceu qualquer definição explícita de pobreza. Em seus escritos, a ideia de pobreza absoluta se confundia com a própria inabilidade do indivíduo, combinada à falta de suporte sociopolítico. Ele levou adiante a ligação entre pobreza e moral sugerida por Malthus, mas reconheceu as limitações da abstinência virtuosa para “trabalhadores assalariados que não veem diante de si qualquer nenhuma outra perspectiva” — como o exemplo dos trabalhadores rurais ingleses (Mill, 1986, II, cap. XI).

Assim, Mill admitiu, todavia inverteu a ligação malthusiana: o pobre não seria “merecedor” da pobreza por ausência de moral, mas sim a pobreza seria decorrência da falta de desenvolvimento pessoal. Seus trabalhos destacaram a importância do estímulo governamental à educação e à cultura como as medidas fundamentais para que as pessoas conseguissem escolher, por conta própria, os benefícios de uma vida frugal (Mill, 1986, II, cap. XIII), o que levaria à redução da pressão populacional, à criação de uma arena pública efetivamente deliberativa e democrática (Mill, 1977) e à atuação estatal em esferas que fossem de efetivo interesse geral.

Nesse aspecto, Rauhut fez um interessante apontamento sobre a pobreza para Mill: ela era contextual e sistêmica, isto é, seu enfrentamento deveria levar em consideração seus condicionantes sociais ou culturais, e a partir deles, e somente deles, valer-se de medidas econômicas cujo impacto fosse sistematicamente multiplicado. Em suma, para Mill, a pobreza só podia ser entendida de forma relativa: sua associação com ausência de riqueza não era direta, e passava necessariamente pelo amadurecimento político e intelectual.

O sexto capítulo, escrito por Johan Lönnroth, fez alguns apontamentos sobre a pobreza nos trabalhos de Karl Marx. O grande trabalho do texto foi destrinchar o tema da pobreza da própria tecitura conceitual marxiana — afinal, como o único dentre todos os demais autores estudados no livro, Marx era favorável à extinção do sistema econômico vigente, para o qual não caberiam reformas (Marx; Engels, 2010).

A pobreza era para Marx sintomática de um sistema inerentemente excludente, no qual a riqueza em posse da classe trabalhadora lhe serviria como mero instrumento de reprodução. Nessa perspectiva, ele fazia uma distinção entre duas categorias: os trabalhadores pobres, classe necessária à reprodução capitalista e sempre sujeita à exploração da mais-valia (Marx, 2017), e o lumpemproletariado, massa marginalizada e criminalizada que, a princípio, era definida como escória reacionária (Marx, 2011, cap. V), mas que posteriormente foi cautelosamente compreendida pelo autor através de seu encaixe com o sistema de empregos e salários.

Essa porção, conforme já foi explicitado, era marginalizada e sua ligação com o sistema de reprodução capitalista era fortuita. Por esse motivo, serviam como “exército de reserva” de mão de obra e fonte de pressão negativa sobre os salários das pessoas empregadas e desincentivo à organização laboral (Marx, 2017, cap. XXIII).

Enquanto outros autores divergiam se caberia ou não assistência direta ao pobre ou se caberia ou não responsabilidade pessoal pela pobreza, a crítica de Marx era radical. Para ele não havia qualquer relação entre pobreza e merecimento: a pobreza era fruto de um sistema excludente por definição, pois era parte constituinte dele e sua superação não atravessava o campo da política pública, mas da revolução social.

Todavia, duas posições foram sedimentadas ao longo do século XIX: a primeira, mais direta e radicalmente próxima a essa teoria, foi levada em frente por Lênin (2012) e Luxemburgo (1984), os quais tornaram a superação da pobreza e a revolução socialista como indissociáveis. Já a segunda, conhecida eventualmente como “revisionista”, reconhecia a importância do emprego de técnicas pontuais de apropriação de riqueza pela classe trabalhadora (via movimento trabalhista organizado).

O próprio Marx manifestou-se criticamente a essa corrente (Marx, 2012), mas reconheceu que a organização sindical e o contexto econômico favoreciam a exploração de alternativas menos radicais, fossem elas pela via partidária (como era o caso do nascente Partido Socialista Alemão) ou fossem medidas econômicas paliativas contenciosas em cenários extremos, como a “fome da batata” irlandesa (1845-1849).

Ainda assim, era difícil definir se Marx pensava em pobreza como conceito absoluto ou relativo. O mais acertado seria pensar na sua rejeição à pobreza como mal sintomático de um corpo adoecido. Nesse sentido, Lönnroth apontou certa inflexibilidade na concepção marxiana da pobreza e, por isso, sua importância para pensar em políticas públicas estaria restrita a repensar os condicionantes sociais à produção e à distribuição da riqueza.

Já o sétimo capítulo se dedicou a explorar as preocupações de Alfred Marshall com a pobreza. Em trabalho exegético minucioso que explorou aspectos pouco investigados da obra marshalliana, Carl-Axel Olsson apontou como, dentre todos os autores analisados, Marshall foi o único que associou deliberadamente o enfrentamento da pobreza como objeto de ciência (Marshall, 1920, introdução), e com isso acometeu à epistemologia econômica um conteúdo ético inevitável. Na linha de Mill, ele também defendia uma ação governamental orientada à educação e à preparação técnica para o trabalho.

Marshall, todavia, seria menos crente no desenvolvimento intelectual individual milliano do que na liderança pelo seguinte exemplo: o fomento de uma sociedade baseado no labor qualificado (Marshall, 1969, aula 1) serviria como guia de conduta às atitudes individuais, de forma que a promoção do trabalho seria ela mesma a causa e objetivo das políticas públicas.

Evidentemente, a responsabilidade individual era salientada, mas ela não conflitava com a possibilidade de direcionamento público. Em particular, essa categoria foi identificada por Marshall (1920, VI, cap. XIII) como *residuum*, massa disposta a trabalhar, mas de tal forma desqualificada que não recebia qualquer oportunidade digna de trabalho.

Nesse ponto, Marshall (1920, apêndice C) era adepto da premissa metodológica de Comte, que defendia que a multicausalidade das ações sociais exigia também o diálogo de uma ciência com as demais. Ou seja, condicionamento econômico, destreza, moral, lazer e labor estariam todos encadeados numa extensa cadeia de causação simultânea. Com isso, a questão da prosperidade econômica ocupava espaço por excelência dentro de uma proposta de reforma social mais geral, pois seria a partir dela que a dignidade necessária se iniciaria (Mattos, 2014).

Logicamente, essa posição colocou Marshall dentro de intenso debate sobre seu efetivo alinhamento da economia com uma ciência social ou com uma ciência da regularidade, mas isso não elidiu sua defesa da distribuição da riqueza como pauta prioritária – o sexto final de seus *Princípios* foi dedicado exclusivamente ao tema (Marshall, 1920, VI).

Suas conhecidas análises de equilíbrio parcial sempre estiveram acompanhadas de ressalvas quanto à sua estaticidade e à sua necessidade adicional de uma visão dinâmica de sociedade. Isto é, ao final, sempre caberia à política econômica, e não simplesmente ao mecanismo econômico, a promoção do espaço deliberativo e decisório necessário ao enfrentamento da pobreza, cuja definição era naturalmente relativa. Por isso que se pode apontar, dentre os autores explorados, Marshall como o primeiro a entrar de fato na seara da política pública – aquela alimentada pela economia como instrumento de intervenção social e política.

Os três capítulos finais (oito, nove e dez) focaram sua atenção em três autores também suecos, Knut Wicksell, Gustav Cassel e Eli Heckscher. Além de seu objetivo primordial — tratar da pobreza — esses capítulos ofereceram incidentalmente um rico material de consulta a autores que ainda possuíam muitos trabalhos não traduzidos para outro idioma que não fosse o sueco.

Contudo, deve-se notar que, mesmo bem trabalhados, esses capítulos introduziram um desbalanço narrativo visível, ao ocupar um terço do livro com autores muito localizados no debate econômico, enquanto outras vertentes analíticas, de fins do século XIX e início do XX, certamente poderiam ser incorporadas ao debate.

O capítulo oito foi o mais extenso de todos do livro. Nele, Mats Lundahl propôs-se a discutir algumas ideias subestimadas de Wicksell (1979) a respeito do crescimento populacional. O primeiro ponto de destaque foi o ceticismo de Wicksell com relação aos limites do avanço tecnológico, que, sujeito à lei dos rendimentos decrescentes, não seria condição suficiente para conter a pressão populacional e a escassez de recursos. Não bastaria a mera subsistência, mas a manutenção de um nível decente de vida – a pobreza contemplava um componente qualitativo imprescindível.

Wicksell (1979) elaborou, ainda, uma proposta de “densidade populacional ótima”, que deveria combinar políticas peculiares para manter em balanço a escassez e a população, tais como o planejamento familiar, contracepção, e até mesmo aborto em situações específicas e medidas de facilitação migratória.

Segundo o modelo hipotético do autor, que antecipou várias das premissas utilizadas pelas teorias econômicas internacionais contemporâneas, haveria o “Novo” e o “Velho Mundo”. Esses dois espaços seriam providos com diferentes dotações de recursos naturais e tecnológicos. O crescimento

populacional no Velho Mundo levaria a retornos decrescentes na agricultura, pois pressionaria negativamente os salários e o padrão de vida. Com o tempo, as disparidades salariais entre o Velho e o Novo Mundo incentivariam a emigração para o Novo Mundo. A acumulação de capital no Novo Mundo seria mais acelerada, o que apressariam os mesmos retornos decrescentes do Velho Mundo.

A proposta de Wicksell (1999) era favorável a medidas de facilitação à emigração do trabalho, mas não da população. A medida era inovadora, nesse sentido, porque propunha um sistema aberto, no qual a pressão populacional e as possibilidades tecnológicas eram integradas numa totalidade.

A pobreza, que já continha na visão do autor um componente qualitativo, adquiriu uma dimensão de problema sistêmico. Por esse motivo, Wicksell (1978) via a guerra como uma falsa solução ao problema populacional, afinal não se tratava de uma redução de densidade populacional, mas da eliminação de potencial laborativo com prejuízos irreversíveis ao equilíbrio de longo prazo do sistema. Lundhal concluiu o capítulo oito com uma proposta ousada: ao entrelaçar pobreza, população e dinâmica internacional, Wicksell se colocou como um dos precursores do desenvolvimento sustentável.

Mais adiante no capítulo nove, Benny Carlson investigou as contribuições de Gustav Cassel à discussão. Registre-se que a bibliografia apontada nesse capítulo foi quase toda escrita em sueco, o que torna difícil o confronto com os originais. De todo modo, o argumento de Carlson era suficientemente coeso. Cassel (1924, Livro Primeiro, cap. I) era adepto de que o crescimento econômico era a questão chave para o estudo da economia, e, por consequência, seria o fator prioritário para conter a pobreza (Cassel, 1943). Contudo, abandonou gradativamente suas posições iniciais mais favoráveis à regulação do trabalho e do salário em favor da livre iniciativa e competição, e assim apoiou a adoção de políticas sociais que estivessem atreladas ao fortalecimento da capacidade produtiva e do desenvolvimento profissional (Cassel, 1938).

Essa foi uma das razões pelas quais Cassel (1943, 1944) fora forte opositor ao sistema público de previdência, e defendia que para sua constituição deveriam participar direta e pessoalmente empregadores e empregados, cada qual responsável pelo gerenciamento responsável dos fundos com essa finalidade (Cassel, 1927). A propósito, essa foi a palavra que marcou toda a trajetória do autor: finalidade. Sua principal preocupação com a atuação econômica estatal destacada era o desvio de finalidade, com a apropriação distorcida dos recursos econômicos.

Esse raciocínio de Cassel se estendia aos seguros contra desemprego (Cassel, 1930), considerados como fonte da “mentalidade peticionária” que enrijeciam o mercado de trabalho e, por extensão, distorciam a alocação de recursos necessários ao crescimento econômico.

Novamente, vem à tona a longa tradição que associava a assistência ao desincentivo à responsabilidade. Ao longo dos anos, o argumento de Cassel migrou gradativamente do apoio à eficiência produtiva para a proteção à eficiência do capital, e vinculou-se cada vez mais sua concepção de pobreza ao problema estritamente econômico de crescimento. Em suma, a pobreza assumiu um caráter conceitual absoluto.

Para encerrar o livro, no capítulo dez, Benny Carlson apresentou alguns tópicos do trabalho de Eli Heckscher, que esbarrou no mesmo problema do capítulo anterior: o difícil acesso à bibliografia do autor (desta vez, toda em sueco). Esse capítulo foi o que mais se aproximou das discussões atuais sobre políticas públicas, pois manteve a mesma tônica da discussão sobre Cassel.

O ponto de partida do capítulo dez foi uma aula de 1913 em que Heckscher discutia “Por que algumas pessoas são ricas e outras pobres?” (Heckscher, 1913). Dentre várias razões, o autor destacou a diferença de aptidões, ou aquilo que ele nomeou como “talento econômico”.

Apesar de sua preocupação fundamental com a distribuição de renda, Heckscher se recusava a admitir medidas redistributivas que, segundo essa concepção, poderiam desincentivar o exercício de talento econômico e deprimir a economia como um todo (Heckscher, 1912). A síntese de sua crença era que a distribuição de renda deveria ser tão equânime quanto possível, sem prejuízo às “forças criadoras da riqueza”, com o que seu apoio era, naturalmente, a políticas de reforço educacional, e uma preocupação que transcendia a esfera individual e focava a atenção no êxito econômico nacional.

O advento da Primeira Guerra Mundial foi crucial para que Heckscher (1921) advogasse em favor da aptidão individual, talvez por descrença nas condições coletivas de harmonia social. Isso o levou a atribuir até mesmo ao acaso um papel relevante na criação de riqueza, afinal, a surpresa e o imprevisto poderiam ventilar possibilidades disponíveis apenas ao livre exercício da aptidão individual. A intervenção governamental, portanto, era indesejável no que afetasse essa esfera, mas recomendável quando afetasse aqueles despossuídos de mecanismos de exercício de seu ofício, como crianças ou trabalhadores vulneráveis.

Por consequência, aliada às políticas educacionais, Heckscher (1921) apoiava o desenvolvimento de programas vocacionais massivos e serviços de realocação profissional. Em suma, a pobreza era para ele um problema de condicionamento econômico estrutural, uma vez que a manutenção de condições salutaras para o crescimento econômico seria fundamental ao combate à pobreza em sua essência, a qual seria um conceito absoluto.

Como esperado em função da extensão da tarefa, o desenvolvimento textual se fez apressado em todos os ensaios, com êxitos individuais variados. O resultado geral conseguiu cumprir seu

objetivo principal, que era destacar a importância de localizar a pobreza como peça constituinte da epistemologia econômica.

Como consequência do primeiro objetivo, o livro propôs uma divisão pouco convencional do cânone econômico entre autores adeptos ou não de uma ideia de “merecimento”, cujo gradiente, tingido pela responsabilidade individual, definiu se, e até que ponto, seria cabível a assistência ativa da política econômica.

Apesar das inúmeras particularidades teóricas, haveria um grupo de adeptos da assistência à pobreza, encabeçados por Mill e Marshall, que insistiam no avigoreamento intelectual e na reforma social ativa como medidas de fortalecimento econômico. Foram acompanhados, indiretamente, por Marx, que, se não adepto deliberado da assistência, não concebia qualquer oposição entre ofício e ociosidade, e sim entre explorador e explorado.

O outro grupo de não-adeptos, onde se encontravam os mercantilistas, David Ricardo e Thomas Malthus, compartilhava sobretudo da crença de que o ócio era oposto à riqueza. Naturalmente, os membros da vertente neoclássica (sueca, no caso) vivenciaram particularidades históricas frente aos seus antecessores, todas mais ou menos ligadas ao período bélico e às crises econômicas profundas do início do século XX. Por esse motivo, esses três autores situaram-se simultaneamente nas duas perspectivas — adeptos e não-adeptos do “merecimento” — e adiantam aquela que seria a tendência teórica geral que se consolidou na década de 1970: limitar o espaço da pobreza ao arco da atuação econômica política (*policies*).

Inclusive, esse foi o último aspecto e de sumária importância para a proposta do livro: ao avaliar as diversas relações entre economia e pobreza ao longo da história do pensamento econômico criou-se um importante repositório de questões que são sensíveis até os nossos dias. Nesse sentido, o encaminhamento dos ensaios conseguiu, ainda que não fosse seu objetivo principal, apresentar elementos para uma discussão sobre a própria história da consolidação das políticas públicas.

Os capítulos finais, centrados nos autores suecos, foram os que forneceram os elementos mais sobressalentes nesse ínterim. Em suas discussões já se encontravam noções de trabalho e proteção social como elementos de mercado, isto é, elementos que, se não foram preexistentes no debate político, foram imersos no raciocínio econômico.

Foi nessa distância entre a pobreza como problema político ou problema econômico que se localizou, enfim, o argumento central que os autores se propunham a destacar e explorar em volume vindouro, e para isso se valeram da posição *sui generis* que ocupa o capítulo dedicado a Adam Smith.

O autor escocês foi apontado desde a introdução do livro como pivô da tarefa de compreender a dimensão da pobreza no pensamento econômico contemporâneo com base em uma abordagem substancialista, desenvolvida por Sen (1983), que integrou as noções de liberdade econômica e harmonia social.

Com isso retorna-se ao questionamento lançado por Martini (2011), citado no início da resenha: se não há consenso sobre a forma de conceituar a pobreza de um ponto de vista econômico, pois então, sugerem os autores do livro aqui tratado, que se aproxime o referencial econômico à ética. Tarefa hercúlea, diga-se de passagem.

REFERÊNCIAS

- CARY, J. An essay towards regulating the trade, and employing the poor of this kingdom. *In*: MAGNUSSON, L. (ed.). **Mercantilist theory and practice**. v. IV. Londres: Pickering & Chatto, [1719] 2008. p. 225-254.
- CASSEL, G. **The theory of social economy**. New York: Harcourt, 1924.
- CASSEL, G. Pensionsförsäkringens milliardfond. **Svenska Dagbladet**, 22 out., 1927.
- CASSEL, G. **Understödspolitikens urartning**. Stockholm: P. A. Norstedt & Söner. 1930.
- CASSEL, G. Fattiga och rika. **Svenska Dagbladet**, 28 aug., 1938.
- CASSEL, G. The Economic Basis for Social Security. **Skandinaviska Banken Quarterly Review**, 24, p. 31-35, 1943.
- CASSEL, G. The Social Security State. **Skandinaviska Banken Quarterly Review**, 25, p. 45-48. 1944.
- CHILD, J. A. New discourse of trade. *In*: MAGNUSSON, L. (ed.). **Mercantilism: critical concepts in the History of Economics**. v. III. Londres: Routledge, [1693] 1995. p. 1-136.
- DAVENANT, C. An essay upon the probable methods of making a people gainers in the balance of trade. *In*: MAGNUSSON, L. (ed.). **Mercantilism: critical concepts in the History of Economics**. v. III. Londres: Routledge, 1995. p. 207-365.
- FORTREY, S. Englands Interest and Improvements. *In*: MAGNUSSON, L. (ed.). **Mercantilism: critical concepts in the History of Economics**. v. I. Londres: Routledge, [1673] 1995. p. 276-299.
- LÊNIN, V. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- HECKSCHER, E.F. Fattigdom och rikedom. *Svensk Tidskrift*, 2, 269–272. 1912

HECKSCHER, E.F. *Varpå beror det, att några människor äro rika och andra fattiga?* Lecture at Föreningen Heimdal, 17 April 1913. Stockholm: Albert Bonniers Förlag, 1913

HECKSCHER, E.F. **Gammal och ny ekonomisk liberalism**. Stockholm: P.A. Norstedt & Söner, 1921.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. v. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

MALTHUS, T. **First essay on population**. Londres: Palgrave Mcmillan, [1798] 1966.

MALTHUS, T. **An essay on the principle of population**. v. 2. *In*: JAMES, P. Edição variorum. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

MARTINI, R. A. Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia-MG, v. 24, n. 2, 2011.

MARTYN, H. **Considerations upon the East India Trade**. Londres: A. and J. Churchill, 1701.

MATTOS, L. V. A economia e o melhoramento social: a agenda de reformas de Alfred Marshall. **Nova Economia**, v. 24, n. 1, 2014.

MARSHALL, A. **Principles of Economics**. Londres: Macmillan, 1920.

MARX, K., ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo, SP: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo, SP: Boitempo, 2012.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo, SP: Boitempo, 2017

MILL, J. S. Considerations on representative government. *In*: **Collected Works**, Volume XIX. Toronto: University of Toronto Press, 1977 [1861].

MILL, J. S. **Princípios de Economia Política**: com algumas de suas aplicações à filosofia social. 2 v. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

RICARDO, D. **The works and correspondence of David Ricardo**. 11 vols. ed. Piero Sraffa with the Collaboration of M.H. Dobb. Indianapolis: Liberty Fund, 2005.

ROMERO, G. **Ordem ou progresso**: moral, economia e harmonia social em Thomas Malthus e John Stuart Mill. 2019. Dissertação (mestrado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2019.

SEN, A. Poor, relatively speaking. **Oxford Economic Papers**, Paper 35, p. 153–169, 1983.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, A. **Teoria dos sentimentos morais**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo, SP: Edipro, 2022.

WICKSELL, K. The world war: an economist's view. **Scandinavian Journal of Economics**, v. 80, n. 2, p. 233-235, 1978.

WICKSELL, K. The theory of population, its composition and changes. *In*: STRØM, S.; THALBERG, B. (ed.). **The theoretical contributions of Knut Wicksell**. Londres: Macmillan, 1979. p. 123-151.

WICKSELL, K. From the emigration inquiry, appendix 18. *In*: SANDELIN, B. (ed.). **Knut Wicksell, selected essays in economics**. v. 2. Londres: Routledge, 1999. p. 136-168.